

Recortes de Imprensa

Junho 2009

apoio





ID: 25547503

01-06-2009

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

41 mulheres mortas pelos companheiros em 2008

Pelo menos 41 mulheres foram assassinadas em 2008 em Portugal pelos companheiros, anunciou hoje a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), defendendo que este tipo de crime deve ser analisado separadamente no relatório de Segurança Interna. De acordo com dados de um relatório da UMAR, elaborado com dados da imprensa e entregue no Ministério da Administração Interna, em 82 por cento de 46 homicídios contabilizados, o homicida foi o "outro membro ou ex-membro do casal", fosse em situação de casamento, união de facto ou namoro.

"Este número assustador e trágico, que peca por defeito" devia ter sido tratado separadamente no Relatório Anual de Segurança Interna, considera a UMAR, argumentando que

incluí-lo no universo de todos os homicídios cometidos "leva à incompreensão deste especialíssimo fenómeno criminal". O "homicídio perpetrado contra mulheres por maridos, companheiros e namorados" precisa de ser "invertido drasticamente", o que passará por individualizar estes crimes nas estatísticas e fazer um "alerta social enviado pelos poderes públicos à sociedade que somos e que deve conhecer-se numa das suas mais profundas patologias", defende a UMAR.

O relatório de Segurança Interna referente a 2008 contabilizou dez casos de morte por violência doméstica, situações em que as mulheres morreram em consequência das agressões sofridas.

Com os dados recolhidos na imprensa do ano passado, a UMAR traça um cenário bem mais grave: 41



mulheres mortas pelos companheiros em situações de violência conjugal, a que acrescem seis familiares - filhos, pais ou outros - também assassinados. Em 28 dos casos, o assassino foi o companheiro da altura, fosse marido ou namorado, enquanto em 13 dos

crimes, o homicida foi o ex-companheiro.

Em cinco situações elencadas, o agressor era descendente directo, familiar ou desconhecido. A maioria das vítimas (20) tinha entre 24 e 35 anos. Quanto aos agressores, a maioria tinha entre 36 e 50 anos.

ESTUDO DA UMAR As raparigas são as mais afectadas nos casos de violência durante o namoro

Casos de violência crescem entre jovens

Estudo revela que num universo de 415 alunos **33% já sofreram algum tipo de violência física ou psicológica**

MÁRCIA MORAIS SILVA
destak@destak.pt

○ O número de casos de agressões durante o namoro está a aumentar. A conclusão é de um estudo efectuado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), realizado junto de 415 alunos do 3º ciclo e ensino secundário, de quatro escolas situadas no distrito do Porto.

O estudo resulta do projecto «Mudança com Arte»,

uma iniciativa que está a ser aplicada desde Novembro de 2008, com intuito de «prevenir os vários tipos de violência e promover os direitos humanos de modo a aumentar a consciência crítica dos jovens, com vista a uma mudança de comportamentos em relação às desigualdades», explicou ao Destak Patrícia Ribeiro, da UMAR.

Números da violência

As conclusões revelam que as raparigas são as mais afectadas sendo que 6% dos alunos já foram vítimas de violência física e 33% já sofreram algum tipo de violência física ou psicológica durante o período de namoro.

Um dos dados de alerta é que apenas «19% de todos os inquiridos reconhecem a

CONTROLO E PODER NÃO SÃO RECONHECIDOS

Dados gerais mostram que 70 a 80% dos estudantes já foram alvo de comportamentos de controlo e de poder, considerados como os primeiros sinais de violência, embora não sejam reconhecidos pela maioria com actos violentos.

agressão psicológica como forma de violência».

Para a presidente da UMAR, Maria José Magalhães, «a sensibilização não muda comportamentos. Não basta saber que aquele relacionamento faz mal, é preciso aprender como fazer. Saber não chega, é preciso transformar esse saber em acção, e é isso que este projecto consegue». ●

D.R.



As raparigas são as mais afectadas pelos diversos tipos de violência

ESTUDO

81% dos jovens não reconhecem sinais de violência psicológica

➤ Apenas 19% dos jovens reconhecem comportamentos de violência psicológica como violência, indica um estudo da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta levado a cabo junto de 415 rapazes e raparigas do 7.º ao 12.º ano de escolaridade. A investigação diz ainda que 6% dos inquiridos já sofreram

violência física e 33% violência física ou psicológica.

“Foi com grande surpresa que verificámos que a nível das relações da intimidade, do namoro e familiares as concepções continuam como há 20 anos atrás”, explica Maria José Magalhães, presidente da UMAR. E, se no aspecto da violência física as consciên-

cias vão despertando, no que diz respeito à violência psicológica elas tardam em acordar.

“Nos jovens, como na sociedade, a violência psicológica é muito pouco percebida e só a *posteriori* é que as vítimas se apercebem que a violência que sofriam tinha começado muito antes”, refere a presidente.

E haverá alguém a quem se possa apontar o dedo para esta pouca consciencialização? “Tem a ver com a sociedade em geral e com uma cultura em que a igualdade e os direitos das mulheres ainda não estão muito generalizados”, responde Maria José Magalhães, acrescentando: “Daí a mais-valia de projectos como este que preparam os jovens para identi-

ficar os primeiros sinais de violência e saber como agir perante eles”.

O estudo, coordenado por Patrícia Ribeiro, foi feito no âmbito do projecto Mudanças com Arte, que ao longo de 15 sessões pretendeu sensibilizar os jovens para as questões da violência, não só doméstica, como também na escola e no namoro. **TIAGO RODRIGUES ALVES**



Violência de género: um tema esquecido em Portugal



NUNO GAROUPA



João Cortesão/Correio da Manhã

A imprensa portuguesa noticiou na semana passada que, em 2008, houve 41 mulheres mortas pelos respectivos cônjuges e companheiros. Passou sem grande alarido, sem comentários do Governo ou da oposição, nem sequer contou com a opinião dos intelectuais do regime que andam agora muito ocupados com o casamento homossexual. Na verdade, foi uma pequena notícia, dessas que a indiferença da nossa elite leva a que seja enterrada no meio de uma campanha eleitoral para um acto eleitoral em que 60 ou 70% do eleitorado não vai votar. Mas vejamos as coisas. Em termos relativos, Portugal tem mais do dobro de mulheres assassinadas vítimas de violência de género que em Espanha. E possivelmente o número peca por defeito dada a falta de atenção ao tema em Portugal e a verdadeira obsessão que a estatística da violência de género tem tido em Espanha.

O governo Zapatero decretou, em 2004, com um número relativo de vítimas bem inferior a Portugal, a violência de género como a maior chaga social do século XXI em Espanha. Nos últimos cinco anos implementou um ambicioso programa de combate à violência de género, bem como uma legislação especial que, entre outras coisas, criou os tribunais especializados da violência de género, alargou as penas, e estruturou um novo

processo para litigar causas de violência de género. Não sou especialmente favorável a algumas das opções tomadas pelo governo espanhol, mas reconheço o mérito das iniciativas bem como o combate sem tréguas contra o machismo que ainda regula muito da nossa sociedade. A insuficiência das medidas do governo espanhol, medida pelo ainda infelizmente crescente número de vítimas da violência de género, levou recentemente a ser prometido um novo pacote legislativo para breve.

Em Portugal, o tema não existe, não interessa, está esquecido, sem envergonhar uma sociedade que se diz solidária. Foi levemente afogado recentemente, em Maio de 2008, aquando das variadas reformas da lei penal portuguesa, para ser logo enterrado. Temos um governo socialista, progressista, muito preocupado com o aborto e com o casamento homossexual, com as causas fracturantes, mas a violência de género não parece ser uma delas. Temos o BE e o PCP, mas devem andar muito ocupados com outras coisas porque sobre a violência de género não passam de piás declarações aqui e acolá. A direita nem vale a pena mencionar.

Evidentemente que leis temos, e declarações de grandes objectivos, e redes de apoio, e até planos nacionais de combate à violência de género. Mas é como sempre. Não funciona, não tem efectiva-

de, serve muito, mas muito pouco. A sociedade civil em Portugal ignora o tema. A comunicação social não tem causas, prefere viver da agenda conveniente que os políticos querem em vez de pressionar a elite política a assumir responsabilidades e compromissos. Aos partidos da esquerda bem como ao governo é mais fácil agitar o aborto ou o casamento homossexual como prioridades. Combater a violência de género exige um plano bem pensado e financiado, um pacote legislativo bem estruturado, um conjunto de medidas que não se reduzem a aprovar uma lei avulsa no Parlamento e a anunciar piedosas intenções. E, claro, sempre sujeito a um dado estatístico que pode mostrar o fracasso das medidas do governo, o crescente número de vítimas. Demasiado risco político. E assim estamos...

Comparar o que aconteceu em Espanha com Portugal talvez ajude a compreender o que está errado na nossa sociedade e na nossa democracia. A violência machista começou por ser um tema social, de ONGs que foram ganhando atenção na comunicação social local e regional, das juntas de vizinhos que solicitavam às autoridades locais mais efectividade na protecção das vítimas. Conseguiram o compromisso do PSOE em 2004 de afrontar decididamente o tema. Colocado como um tema prioritário de um governo de esquerda, o

PSOE alimentou uma campanha mediática que acabou por levar a direita a desenvolver o seu próprio plano de combate à violência de género tal como o conhecemos, por exemplo, na Comunidade de Madrid. As ONGs dedicadas ao tema foram generosamente financiadas. As autoridades públicas passaram a ter no combate à violência de género um elemento de prestação de contas. Pode o governo Zapatero ter errado nalgumas medidas (por exemplo, pessoalmente não me parece adequado concentrar em tribunais especializados o direito penal e direito da família), mas temos de reconhecer que hoje qualquer espanhol está consciente da necessidade de denunciar e combater a violência machista. A sociedade espanhola finalmente abraçou a causa da tolerância zero com a violência de género.

Talvez um dia a sociedade portuguesa possa também se enfrentar à violência machista e certamente matou mais de 41 mulheres em 2008. Talvez um dia teremos um governo que está disposto a empreender esse combate com seriedade. Até lá fica o lamento dessas vítimas...



Sobem para 11 as mulheres mortas às mãos dos maridos

Natália Faria

PJ deteve ontem dois indivíduos, no Porto e em Chaves, acusados de terem assassinado a esposa, num caso, e tentado fazê-lo, noutro

● Um homem residente em Chaves estrangulou a mulher até à morte, no passado dia 2. Ontem, um antigo mecânico de 55 anos, a residir no centro do Porto, pegou num martelo e agrediu a mulher e o filho com gravidade. No mesmo dia em que, em Viana do Castelo, o Ministério Público pediu 18 anos de prisão para o homem acusado de ter ateado fogo à companheira depois de a ter regado com álcool.

A violência doméstica soma e segue em Portugal. Desde o início do ano, a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) já tinha contabilizado dez mulheres mortas às mãos dos maridos ou dos companheiros. Dá uma média de “duas mulheres assassinadas por mês”, como enfatiza Artemisa Colmbra, daquela associação cujos levantamentos são feitos a partir das notícias nos jornais.

Passaram a ser 11, segundo a Polícia Judiciária (PJ) que deteve ontem um indivíduo estrangeiro, 41 anos de idade, acusado de ter assassinado a mulher, com quem vivia no centro de Chaves há mais de dez anos.

A PJ atribui o crime a “razões de natureza passionai” sem contudo ter especificado o que se passou entre o casal, que tem um filho residente no Senegal. O presumível homicida é

O número

47

foram as mulheres assassinadas num contexto de violência doméstica, durante o ano passado, segundo a UMAR. Destas, 82 por cento foram mortas pelo outro membro do casal – actuais ou antigos namorados, maridos ou companheiros. Os agressores tinham idades entre os 35 e os 50 anos de idade. Já as vítimas estavam maioritariamente entre os 24 e os 35 anos.

feirante e, segundo a PJ, estava em casa quando foi detido. A polícia foi alertada pelo Instituto Nacional de Medicina Legal, depois de a autópsia ter apontado a asfixia como causa da morte. Ontem, o Tribunal de Chaves determinou a sua prisão preventiva.

Preso preventivamente ficou também o antigo mecânico suspeito de ter agredido reiteradamente a mulher e o filho. Com 55 anos e residente na Rua Alexandre Fleming, o ex-mecânico terá agredido a mulher e o filho na cabeça de forma reiterada e com recurso a uma maceta. As vítimas, a mulher de 54 anos e o filho de 31, deram entrada no Hospital de S. João. O filho teve de ser operado ao crânio e ficou internado nos Cuidados Intensivos.

Em Viana do Castelo, o Ministério Público (MP) pediu 18 anos de prisão

para o homem de 47 anos acusado de ter incendiado a companheira. O arguido proclama-se inocente e alega, aliás, que foi a companheira quem se queimou a si própria. O alegado crime ocorreu em Março de 2007. Segundo o MP, o arguido, motorista de longo curso, chegou a casa alcoolizado, partindo a louça e o mobiliário que encontrava pela frente. As agressões seriam constantes desde há anos. Naquele dia, a companheira terá tentado defender-se mordendo o braço do arguido. Terá sido quando este decidiu regá-la com álcool, ateando-lhe fogo de seguida. Na versão do arguido, a vítima mordeu-lhe o braço numa manifestação de ciúmes. Quando este procurava desinfetar as feridas com álcool, ela terá pegado no frasco e regado os dois. O acórdão vai ser lido a 29 de Junho.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Violência «silenciada» vai ter novo acompanhamento

MÁRCIA MORAIS SILVA
destak@destak.pt

Numa altura em que a visibilidade sobre casos de violência doméstica aumenta drasticamente a cada dia, (ver caixa) «torna-se necessário um apoio mais especializado, direccionado e estruturado à vítima». Este foi um dos pontos que levou a autarquia de Valongo a anunciar a criação de um Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica que, a breve prazo, entrará em funcionamento.

Designado Primeiro Passo, este projecto tem como objectivo o combate à violência exercida directamente sobre as mulheres, no contexto das relações íntimas, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas. Para tal «é necessário conhecermos bem a realidade deste fenómeno que é muito silencioso e silenciado», explica ao **Destak** Eunice Neves, coor-



QUEIXAS EM 2008

Em Valongo, foram registadas 264 queixas de violência doméstica. O tribunal judicial levou a cabo 48 acusações, resultado de 254 processos. Sendo certo que não existe uma relação directa entre o número de queixas e os processos, verificou-se um aumento de 41% do número de processos instaurados e um aumento em 72% das acusações efectuadas.

denadora do projecto. No plano de acção está a violência exercida sobre as crianças que são testemunhas de agressão interpaparental.

Em 2008, Valongo tinha 228 processos activos. A sua distribuição abrangia quatro problemáticas: 136 casos de crianças expostas a comportamento desviante, 134 de negligência, 65 casos de abandono escolar e 42 de maus tratos físicos e psicológicos. ●



do país...

■ **Violência doméstica aumenta em Portugal** - A violência doméstica e o avanço lento dos processos judiciais contra responsáveis policiais acusados de tortura são os destaques do relatório de 2008 da Amnistia Internacional (AI) referente a Portugal. O documento assinala um aumento significativo do número de queixas por violência doméstica. Em 2008, foram denunciados cerca de 17 mil casos. Em média, dão entrada, diariamente, nos sistemas judiciais, cinquenta novas denúncias.



18 queixas-crime por violência contra idosos

Lisboa. Nos primeiros três meses do ano, foram investigados na capital vários casos de violência contra idosos, fenómeno generalizado a todo o País

A Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa registou 18 casos de "violência" contra idosos no primeiro trimestre deste ano, após contabilizar 82 situações em 2008, indicam dados ontem revelados pela Procuradoria-Geral da República (PGR):

Em vésperas do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que se comemora segunda-feira, a PGR adianta que a Procuradoria-Geral Distrital de Évora contabilizou 29 casos entre o início de 2007 e Outubro de 2008. Por seu turno, o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Coimbra registou três casos em 2007 e quatro em 2008. A PGR sublinha que "não tem ain-

da completamente implementado o sistema informático que permita fornecer elementos globais relativamente aos crimes praticados contra idosos". E esclarece, também, que "pediu às Juntas de Freguesia e aos hospitais que dessem conhecimento ao Ministério Público dos casos que conhecessem de violência contra idosos, isto porque a maior parte dos casos de violência sobre idosos passa-se no seio da família ou nos lares e asilos, sendo raríssimos os casos de queixa dos próprios idosos, que receiam as consequências".

Há mais de um ano foi determinada "especial prioridade" de investigação para os processos relativos a crimes contra idosos numa directiva do procurador-geral



Denúncias são poucas

da República, Pinto Monteiro, publicada em Diário da República, no âmbito da execução da Lei de Política Criminal para 2007/2009. Em Junho de 2008, Pinto Monteiro manifestou-se, na Assembleia da República, preocupado com a violên-

cia contra idosos, caracterizando-os como crimes que ainda não são denunciados. "Tenho poucos dados sobre a violência contra idosos e isso preocupa-me bastante, porque os idosos não têm voz", disse na altura Pinto Monteiro (foto).

Entretanto, no âmbito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas está prevista, em Lisboa, uma sessão de trabalho e reflexão promovida pela INPEA (International Network for Prevention of Elder Abuse), com o objectivo de alertar a sociedade para a necessidade de prevenir e combater este fenómeno.

Em Maio passado, a representante da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) Maria Vascas referiu que a vergonha, o sentimento de culpa e o medo de recriações são os "principais obstáculos" à denúncia de casos de violência. ■ LUSA

eu consegui

Vitória muito sofrida

Margarida Neves foi vítima de violência doméstica, até que pôs um ponto final nas agressões. Com a mesma garra, abriu um salão de beleza

■ TEXTO ■ VANESSA BARROS CRUZ
■ FOTOS ■ SÁVIO FERNANDES

Aos 15 anos, Margarida Neves mudou-se de Rio Maior para a capital, sozinha. Ingressou nos estudos de estética e, aos 20 anos, começou a trabalhar como esteticista por conta de outrem. Situação que se prolongou por duas décadas, até montar, há dois anos, o seu próprio espaço na Quinta dos Barros, em Lisboa.

Para a depiladora, como gosta de ser tratada, a abertura do salão

Nova Imagem, na loja 5A da Rua Paul Harris, foi mais que uma vitória profissional. Foi também a forma de alcançar a independência monetária, indispensável para a ajudar a dizer basta a 14 anos de maus tratos por parte do companheiro. "Por várias vezes pedi ajuda à APAV, para que me ajudassem a encontrar uma casa com uma renda barata e não obtive apoio. Mas agora, com o meu negócio, já não tenho medo. Ele próprio sabe que posso sair de casa a qualquer momento, porque não dependo dele", conta ao 24horas Margarida, de 42 anos.

As agressões terminaram há cerca de seis anos, quando a esteticista decidiu enfrentar o então companheiro. Hoje, continua a partilhar casa com ele, onde vive com o filho de ambos, de 15 anos.

Agora, Margarida Neves regozija-se com o sucesso que alcançou. O salão oferece serviços de cabeleireiro, depilação, manicure e pedicure, e os clientes, diz, são cada vez mais: "Chego a atender 30 por dia e já tive meses em que tivemos mais de mil pessoas". Homens e mulheres. Porque o sexo masculino começa a ser fã da depilação.

Os truques da elevada procura, garante, passam pela qualidade e pelos preços. "A depilação completa [pernas, virilhas, axilas e buço] são 26 euros. E a lavagem e secagem de cabelo são 6 euros". Os baixos valores e a simpatia rendem-lhe ainda boas gorjetas. "Uma vez uma senhora, a quem pus extensões, deu-me 120 euros a mais. Mas o mais engraçado foi quando um homem me deu 10 euros para o almoço, porque adorou a depilação que fiz à mulher dele", recorda, afirmando que há poucas depiladoras com o seu profissionalismo.

ESCREVA-NOS!

Você também é uma mulher positiva, com uma história de êxito? Superou obstáculos para realizar os seus sonhos? Conte-nos tudo e poderá surgir retratada nestas páginas.
aalmeida@24horas.com.pt



► Margarida Neves chega a fazer 30 depilações por dia

"Conde" é seu cliente

A fama de Margarida Neves é tal que várias caras conhecidas recorrem aos seus serviços de depiladora. "O José Castelo Branco e a Dona Betty vêm cá muitas vezes. Quando ele estava na '1.ª Companhia' cheguei a ir lá tratar-lhe dos pés", relembra, dizendo que está habituada a trabalhar arduamente. "Normalmente, entro no salão às 07h00 e chego a sair às 11h00 da noite". Além do "conde", Margarida atende ainda Marta Leite de Castro e Cristina Areias, que se deslocam até à Rua Paul Harris para serem tratadas.





Ministério Público abriu 115 inquéritos por violência contra idosos em 2008

Paula Torres de Carvalho

Denúncias partiram sobretudo de juntas e hospitais. Amanhã é Dia Mundial para a Prevenção da Violência Contra Idosos

● O Ministério Público (MP) abriu no ano passado 115 inquéritos por violência contra idosos, a maioria com base em participações de juntas de freguesia e hospitais, disse ao PÚBLICO o procurador-geral da República, Pinto Monteiro. Os dados dizem apenas respeito aos serviços do MP em Lisboa, Évora e Coimbra, até agora os únicos com estatísticas disponíveis sobre o fenómeno em 2008.

Freguesias e hospitais foram as entidades que mais responderam ao apelo feito no ano passado pelo PGR, que pediu que fossem reportadas ao Ministério Público as situações de maus tratos praticadas contra idosos, na sequência das directivas emitidas por Pinto Monteiro para que este tipo de violência merecesse prioridade no âmbito da investigação criminal, juntamente com os crimes contra crianças e deficientes, tendo em conta a sua especial vulnerabilidade.

Em declarações ao PÚBLICO, Pinto Monteiro nota que, neste âmbito, se “partiu do zero” e se deram “primeiros importantes passos” para uma “protecção específica”, o que constitui para si “motivo de grande orgulho”.

A crescente visibilidade em torno deste problema explica, de facto, o aumento dos números. A informação estatística da PSP indica que os registos de violência contra pessoas com mais de 64 anos triplicaram entre 2002 e 2007, de mais de oito mil casos para quase 25 mil. No ano passado, cerca de 650 idosos queixaram-se à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). E, até Outubro, a Segurança

Social tinha fechado 75 lares de terceira idade, muitos deles por denúncias de maus tratos.

“Vítimas silenciosas”

No primeiro trimestre deste ano, só em Lisboa, foram registados 18 processos de violência contra idosos pelo MP, que justifica o facto de não dispor ainda de números nacionais sobre o fenómeno com as limitações do seu sistema informático e a autonomiza-

Lares encerrados

75

A Segurança Social fechou, em 2008, 75 lares de terceira idade, muitos por maus tratos



PAULO PIMENTA

Idosos mais vulneráveis: casos de violência triplicaram em cinco anos

ção recente destas situações relativamente a outras formas de violência.

A importância do contributo das juntas de freguesia, dos hospitais e dos vizinhos na denúncia destas situações é sublinhada por Pinto Monteiro, que alerta para o facto de a grande maioria dos idosos vítimas de violência não se queixar “por medo” e “por vergonha”. São “vítimas silenciosas” e os casos são relatados por outras pessoas que tomam conhecimento das situações, diz o PGR.

Dados da APAV relativos a 2008 referem o aumento de queixas por maus tratos psíquicos. Totalizaram 340, mais 137 do que no ano anterior. Entre os motivos das participações, para além das agressões corporais, contam-se ameaças e coacção, difamação e injúria, tentativa de extorsão de dinheiro e negligência por abandono ou por doses de medicamentos erradas, com o intuito de “acalmar” o idoso.

Segundo os mesmos dados, existe um peso importante de queixas de idosos que dizem ser humilhados e insultados por familiares. O relatório da APAV indica que a grande maioria das vítimas com mais de 65 anos são mulheres e que a violência é exercida no meio familiar pelos cônjuges e filhos.

A visibilidade deste fenómeno levou também a Segurança Social a encerrar, em 2007 e 2008, mais de 180 lares da terceira idade, prosseguindo a investigação de vários outros casos. Entre os motivos que levaram ao encerramento incluem-se a falta de condições físicas, a inexistência de licenças para o exercício da actividade e os maus tratos.

Entre os lares fechados em consequência de casos de violência contra idosos, encontram-se os de Nossa Senhora do Auxílio, na Maia, por participações de insultos e agressões, e o Lar D. Pedro V, na Praia da Vitória, Açores.

Idosos: Abusos estão "no armário" e precisam fazer o mesmo caminho da violência contra mulheres - especialistas

Lisboa, 15 Jun (Lusa) - A violência contra idosos está ainda "no armário" na sociedade portuguesa e precisa de fazer o mesmo caminho de divulgação que aconteceu com a violência doméstica contra as mulheres, apontaram hoje vários especialistas num seminário em Lisboa.

Lisboa, 15 Jun (Lusa) - A violência contra idosos está ainda "no armário" na sociedade portuguesa e precisa de fazer o mesmo caminho de divulgação que aconteceu com a violência doméstica contra as mulheres, apontaram hoje vários especialistas num seminário em Lisboa.

No Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência contra as Pessoas Idosas, técnicos de assistência social e profissionais de saúde concordaram no diagnóstico da falta de visibilidade do problema, que impede que sejam feitas mais queixas, aliada a factores como a vergonha ou a falta de conhecimento das vítimas.

Outra das conclusões indicada como alarmante é o facto de os abusos e a violência - física, mental ou financeira - serem praticados por familiares, o que contraria a ideia da instituição familiar como reduto de afecto e carinho para com os idosos.

A jurista Paula Guimarães, coordenadora de um grupo de trabalho constituído pela Direcção-Geral de Saúde, disse à Agência Lusa que está em preparação uma campanha para "democratizar o acesso à informação e fazer um alerta à sociedade" para as formas de violência contra idosos.

A apropriação de dinheiro e a colocação sem consentimento em lares - que configura muitas vezes um crime de sequestro - são algumas das formas de violência que "não são qualificadas como tal" na sociedade portuguesa, referiu.

Paula Guimarães, que indicou a violência sobre idosos como "problema de saúde público", referiu que se conhece apenas a "ponta do icebergue", sem números fiáveis quanto à ocorrência de casos de abuso.

Pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, José Félix afirmou que no caso da violência doméstica sobre as mulheres foram precisos "dez anos de alertas" para que o fenómeno seja hoje reconhecido e combatido.

No caso da violência contra idosos, será preciso o mesmo investimento na "reconfiguração do enquadramento cultural" que ponha em destaque "a dignidade, o poder e o papel" dos idosos, para que deixem de ser vistos como "empecilhos".

José Ferreira Alves, psicólogo da Universidade do Minho, indicou alguns "sinais vermelhos" na identificação de situações.

No caso das vítimas verificam-se tendências suicidas, recorrência de ferimentos "acidentais", sintomas depressivos, queixas vagas e alterações de comportamento, enquanto no caso dos agressores há uma atenção "exagerada" dada à vítima, controlo das suas actividades ou presença constante, precisou José Ferreira Alves.

Quanto ao perfil do abusador, Maria Vacas, da APAV, referiu que é comum ter um "historial de consumo de álcool ou drogas", apontando também circunstâncias que podem levar alguém que está no papel de "cuidador" de um idoso a tornar-se abusivo: o stress de ter que lhe dedicar tempo, com prejuízo da sua vida pessoal, ou a necessidade de tarefas repetitivas.

Fora do circuito da assistência social, da psicologia ou da saúde, a jornalista Ana Catarina Santos, autora de uma reportagem radiofónica premiada pela Assistência Médica Internacional (AMI), destacou a necessidade de os técnicos se "abrirem para o exterior" como forma de o problema se tornar mais visível, o que muitas vezes não acontece em nome da protecção da "privacidade" ou por "desconfiança" em relação ao jornalista e receio de que a comunicação social "vampirize" as situações.

Idosos precisam fazer o caminho da violência contra mulheres



A violência contra idosos está ainda “no armário” na sociedade portuguesa e precisa de fazer o mesmo caminho de divulgação que aconteceu com a violência doméstica contra as mulheres, apontaram hoje vários especialistas num seminário em Lisboa.

No Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência contra as Pessoas Idosas, técnicos de assistência social e profissionais de saúde concordaram no diagnóstico da falta de visi-

bilidade do problema, que impede que sejam feitas mais queixas, aliada a factores como a vergonha ou a falta de conhecimento das vítimas.

Outra das conclusões indicada como alarmante é o facto de os abusos e a violência - física, mental ou financeira - serem praticados por familiares, o que contraria a ideia da instituição familiar como reduto de afecto e carinho para com os idosos.

A jurista Paula Guimarães, coordenadora

de um grupo de trabalho constituído pela Direcção-Geral de Saúde, disse à Agência Lusa que está em preparação uma campanha para “democratizar o acesso à informação e fazer um alerta à sociedade” para as formas de violência contra idosos.

A apropriação de dinheiro e a colocação sem consentimento em lares - que configura muitas vezes um crime de sequestro - são algumas das formas de violência que “não são qualificadas como tal” na sociedade portuguesa, referiu.

Paula Guimarães, que indicou a violência sobre idosos como “problema de saúde público”, referiu que se conhece apenas a “ponta do icebergue”, sem números fiáveis quanto à ocorrência de casos de abuso.

Pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, José Félix afirmou que no caso da violência doméstica sobre as mulheres foram precisos

“dez anos de alertas” para que o fenómeno seja hoje reconhecido e combatido.

No caso da violência contra idosos, será preciso o mesmo investimento na “reconfiguração do enquadramento cultural” que ponha em destaque “a dignidade, o poder e o papel” dos idosos, para que deixem de ser vistos como “empecilhos”.

José Ferreira Alves, psicólogo da Universidade do Minho, indicou alguns “sinais vermelhos” na identificação de situações.

No caso das vítimas verificam-se tendências suicidas, recorrência de ferimentos “acidentais”, sintomas depressivos, queixas vagas e alterações de comportamento, enquanto no caso dos agressores há uma atenção “exagerada” dada à vítima, controlo das suas actividades ou presença constante, precisou José Ferreira Alves.

• O ministro da Justiça afirmou que a experiência portuguesa tem "suscitado interesse", tanto pelas opções que foram seguidas, como pelos resultados obtidos

• "É o fim das inibições e das dificuldades, que faziam com que muitas das vítimas ficassem em silêncio"

Casos de violência doméstica diminuíram em Portugal



O ministro da Justiça afirmou ontem que a violência doméstica registou um ligeiro declínio, apesar de as participações terem aumentado, o que atribuiu à crescente confiança das pessoas nas autoridades e ao reconhecimento deste crime.

Actualmente são recebidas 76 queixas por dia, o que dá uma média mensal de 2 312 participações.

Entre 2007 e 2008 houve um aumento de 6 474 queixas, mas os estudos mostram que este tipo de crime não aumentou, pelo contrário teve um ligeiro declínio, referiu à Lusa Alberto Costa, a propósito da reunião dos ministros da Justiça do Conselho da Europa, que debatem este tema até amanhã em Tromsø, Noruega.

O ministro da Justiça afirmou que a experiência portuguesa tem "suscitado interesse", tanto pelas opções que foram seguidas, como pelos resultados obtidos.

Nesse aspecto, destacou o facto de, na revisão do Código de Processo Penal (CPP), ter sido autonomizado o crime de violência doméstica e de ter sido atribuída prioridade à investigação e prevenção deste tipo

de crimes.

Alberto Costa referiu ainda que em 2008 foram apresentadas 1 249 queixas electrónicas, além das participações directas junto das autoridades policiais.

Estes números, segundo o ministro da Justiça, mostram que há uma "crescente confiança" nas autoridades, nas instituições e no sistema criado para lidar com esta problemática, de que destacou as 460 salas de atendimento nas instalações policiais e as casas-abrigo para protecção das vítimas.

"É o fim das inibições e das dificuldades, que faziam com que muitas das vítimas ficassem em silêncio", sublinhou, acrescentando que o fenómeno da violência doméstica "estava escondido, era protegido por um silêncio" que impedia que as autoridades judiciais e policiais tomassem conhecimento dos casos.

A nível da acção penal, sublinhou também o aumento no número de acusações em tribunal, de 1 033 (antes da revisão do CPP em 2007) para 2 420 em 2008, e de condenações, de 526 para 1 154.

Ainda de acordo com dados de

Alberto Costa, neste momento encontram-se 14 reclusos em prisão preventiva acusados de violência doméstica, 12 estão a cumprir penas de prisão, para além de 66 reclusos condenados por maus-tratos a familiares e não-familiares.

Quanto à aplicação de medidas de vigilância electrónica, revelou que já foram adquiridos 50 equipamentos, cuja utilização depende agora de decisões judiciais tribunais.

Outra área onde o Ministério da Justiça vai trabalhar nos próximos tempos é o da reabilitação dos agressores, uma "matéria muito sensível e importante" para a qual está previsto um programa de reinserção, que conta com a colaboração dos Serviços Prisionais.

De acordo com o último relatório da Amnistia Internacional (AI), registaram-se em 2008 16 382 queixas por violência doméstica em Portugal, quando no ano anterior o total fora de 14 534.

Em 2008, segundo dados da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), citados pela AI, 46 pessoas morreram vítimas da violência doméstica.

ALBERTO COSTA

Indemnizar vítimas



■ O ministro da Justiça apresentou o novo regime de apoio às vítimas de violência doméstica, que permite que o Estado indemnize danos morais e físicos sofridos.

MADE IN

DR



Caserta...

Em Itália encontrou um povo que, apesar de partilhar as raízes latinas, tem hábitos e regras bem diferentes. Não fosse isso e a língua e quase lhe pareceria estar em Portugal

Parte-se para outro país e descobre-se o valor que o nosso tem. Carla encontrou no povo italiano, e em outras nacionalidades, uma paixão difundida “pela nossa cultura e língua”. “Um dia, fui fazer uma formação sobre técnicas de trabalho com minorias e imigrantes, e o formador começou a citar Fernando Pessoa... estava verdadeiramente apaixonado e quando soube que eu era portuguesa pediu-me para traduzir os excertos em português porque dizia que tinha um som magnífico”. Cada vez que é apresentada, a introdução repete-se: “Ela é portuguesa” e a conversa logo roda à volta de sítios, sons, sabores portugueses. Foi para Caserta – próximo de Nápoles – em Março deste ano, ao abrigo de um acordo com a APAV – Associação de Apoio à Vítima, onde trabalha na área de Direitos Humanos. É licenciada em Direito e tem a seu cargo a gestão de um Projecto Europeu. Como os parceiros se encontram noutros países e o seu trabalho é essencialmente realizado através do computador foi possível continuar a desenvolvê-lo em Itália. Apesar das várias línguas ouvidas nas reuniões em que participa através do skype, “se tivesse um decodificador para a língua, poderia estar em Portugal”. Na primeira semana, o dia-a-dia parecia-lhe “estranhamente semelhante ao de Lisboa”. Com o tempo percebeu que os italianos têm hábitos que em nada têm a ver com aqueles a que está habituada. Por exemplo, “regras muito rigorosas acerca da comida: cada molho tem o seu tipo de pasta e, por razões que me escapam por completo, não pode ser feito de outra forma”. Tal como juntar salada, acompanhamento e carne ou peixe é impensável para um italiano. Cada um destes ingredientes é um prato independente e nunca permanecem ao mesmo tempo à mesa. Outra coisa que diz achar curioso é o cumprimento utilizado. “Sempre com um aperto de mão, que me pareceu estranho para um país latino”, depois vêm os dois beijinhos, como em Portugal, “mas primeiro na face direita, ao contrário de nós”. Não lhe tinha ocorrido “até ser tarde demais...”. **CRISTINA BORGES**



...de Carla Amaral



Opinião

APAV - Associação de Apoio à Vítima

SOFIA ALMEIDA
ecosdosor@netc.pt

O crime, nomeadamente, a violência doméstica, é um fenómeno que sempre perdurou no tempo e na vida de muitas famílias, no entanto, face a certos acontecimentos que marcaram a história, hoje verifica-se uma maior denúncia dos casos. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima surge neste âmbito, de forma a ajudar as pessoas-vítimas, a obter um novo rumo e uma melhor lucidez face aos recursos existentes em cada situação. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos que apoia vítimas de crime, promovendo a justiça restaurativa na resolução de conflitos. A APAV é, portanto, uma instituição onde as pessoas podem denunciar casos de violência doméstica (e de outros crimes) de que são alvo, de modo a requerer ajuda.

A APAV tem a sua sede em Lisboa e funciona de forma multidisciplinar com outras instituições. Neste sentido, os Gabinetes de Apoio à Vítima de Crime estão espalhados

geograficamente pelo país e têm disponíveis serviços de apoio emocional, jurídico, psicológico e social. O apoio é confidencial e gratuito, realizado por técnicos devidamente formados: Assistentes Sociais; Psicólogos e Juristas.

Neste âmbito, desde o início do ano 2009 até ao mês corrente já registámos cerca de 1700 casos. De entre outros crimes, a violência doméstica contra as mulheres é, na APAV, a que tem maior destaque enquanto crime público. Deste modo, o atendimento telefónico é mais frequente em cerca do dobro dos casos do que o atendimento presencial visto que muitas pessoas preferem manter o anonimato ainda que os nossos serviços sejam confidenciais. A grande maioria destas pessoas sofre agressões verbais (que inclui chamar nomes, ameaçar, insultar, etc.) e agressões físicas (inclui murros, pontapés, puxar o cabelo, etc.). Quando tal acontece e as pessoas nos procuram, estão normalmente fragilizadas mas não estão no momento da crise. Primeiro, há uma fase de diagnóstico e avaliação do caso, ou seja, a vítima conta-nos a sua história e nós, enquanto técnicos, recolhemos o máximo de informação

possível. Elucidamos a pessoa para os vários caminhos que pode seguir, consoante cada caso. Quando há crime, é importante que a vítima tenha provas do mesmo, como por exemplo uma declaração do Instituto de Medicina de Legal que lhe trará benefícios no acto da queixa-crime a realizar na GNR; PSP e Ministério Público, num prazo de seis meses após o sucedido. Nesse âmbito, e se no espaço entre a queixa e a fase de inquérito existirem ameaças de morte e perseguição, poder-se-á pedir na Polícia uma medida de coacção e afastamento. Esta medida impede o agressor de aproximar-se da vítima e, caso isso aconteça, este será punido pelas entidades competentes.

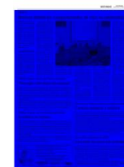
Se o caso for com crianças, os procedimentos são um pouco diferentes. No caso de abusos sexuais a situação deve ser denunciada directamente na Polícia Judiciária. Caso seja outro tipo de abusos, geralmente realiza-se uma sinalização à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens que posteriormente vai averiguar o caso. Neste âmbito há que salientar que todos os casos carecem de ser aprofundados de modo a verificar a sua veracidade.

Em certos casos, face aos rendimentos muito baixos em que as pessoas não têm hipótese de pagar a um advogado (em processos de divórcio e/ou regulação das responsabilidades parentais) quando é necessário entregamos-lhe um formulário para entregar na Segurança Social para a petição de um advogado e isenção das custas judiciais. A situação financeira será posteriormente avaliada e, caso se justifique, ser-lhe-á nomeado um advogado.

Noutros processos de apoio em que é diagnosticado que a pessoa corre risco em sua própria casa e não tem alternativa possível, encaminhamos a vítima para a Linha Nacional de Emergência Social (144) onde é temporariamente acolhida. A APAV dispõe de Casas Abrigo, as quais têm a sua localização geográfica sigilosa. Porém, geralmente, estão esgotadas.

É importante que as vítimas de crime não se sintam sozinhas, pois não o estão. Grite pelos seus direitos, pelas suas opções, enquanto ser humano e enquanto pessoa. Quem cala, consente. Não consinta a violência!

Contactos: 213587900 - Rua José Estêvão, n.º 135 A, 1150-201 Lisboa



ID: 25671949

24-06-2009

Colóquio

Técnicos debateram comportamentos de risco na adolescência

Negligência, bullying, ausência dos encarregados de educação e abandono escolar são os principais comportamentos de risco verificados nas escolas de Setúbal. Bela Vista e Luísa Todi são as escolas apontadas como as mais problemáticas. Intervenção e trabalho em rede são as soluções mais consensuais para a violência na adolescência e prevenção foi a palavra de ordem.

Lídia Isabel Nicolau

A Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Politécnico de Setúbal recebeu, anteontem e ontem, várias entidades de diferentes áreas que apresentaram problemas e soluções sobre a violência na adolescência. Ao longo de dois dias, cerca de vinte oradores debateram o tema, partilharam as suas experiências e definiram rumos a seguir.

“Comportamentos de risco na adolescência: da identificação à intervenção” foi o tema escolhido para o colóquio organizado pela Câmara Municipal de Setúbal. A presidente da Câmara, Maria das Dores Meira, deu início à sessão de abertura, e salientou a importância de se “conhecer a realidade local, de forma a se investir na prevenção de comportamentos de risco”. A presidente defendeu o enriquecimento e o fortalecimento de parcerias como estratégia fundamental no combate aos desvios comportamentais na adolescência, “uma fase complexa no desenvolvimento humano”. Realçou também o papel da família, da escola e das autarquias nas situações de risco.

O coordenador da Equipa de Apoio às Escolas da Península de Setúbal, José Carlos Sousa, concorda com a posição da presidente da Câmara quanto ao trabalho em conjunto de diferentes entidades e na sua opinião “ne-



ENCONTRO – Várias personalidades debateram a problemática da adolescência

nhuma entidade sozinha consegue resolver ou minimizar os problemas”. Defendeu que “as acções têm de

ser conjugadas”, realçando o objectivo de se passar da “fase de diagnóstico para a de intervenção”. As respostas para as situações de risco serão melhores “quanto mais cedo forem detectados e diagnosticados os problemas”, frisou também José Carlos Sousa sobre a importância de uma intervenção precoce.

Definir a adolescência como “uma fase conturbada da vida” é uma visão reduzida para a directora do centro distrital de solidariedade e segurança social de Setúbal. Este processo de cres-

cimento, de atracção pelo risco e por novas experiências impõe “a necessidade, em conjunto, de promover a identificação das questões” problemáticas. Para Fátima Lopes, também a identificação e avaliação do risco é fundamental. A inserção correcta do jovem na escola, na família e na sociedade é uma das principais medidas equacionadas pela directora do centro. A “fragmentação e descoordenação das respostas” foram condenadas por Fátima Lopes, para quem os jovens que precisam de ajuda “não po-

dem ser um fardo nem chamados para baixo do tapete”.

O patrocínio por parte das autarquias, a optimização dos recursos, a importância do diagnóstico, as intervenções de proximidade e de intervenção social foi defendido por João Goulão. Para o presidente do Instituto da Droga e Toxicod dependência (IDT), a droga e o abuso de álcool não podem ser dissociados dos comportamentos de risco da adolescência. “Pela primeira vez, nos últimos anos, existe uma perspectiva significativa de diminuição de consumo de substâncias ilícitas entre os jovens dos 15 aos 19 anos” e ao contrário do que acontecia há alguns anos, em que a toxicod dependência ocupava o primeiro lugar nas preocupações dos portugueses, hoje está em 12º lugar. No entanto, para o presidente do IDT continua a ser indispensável levar a cabo actividades de carácter preventivo.

O encontro de dois dias na ESCE teve como objectivos fomentar a reflexão sobre os comportamentos de risco na adolescência, sobretudo, nas escolas e alertar para o consumo de substâncias ilícitas e das condutas sexuais entre os jovens.

Depois da sessão de abertura com as quatro entidades que têm trabalhado em conjunto nesta área, seguiu-se o primeiro painel com quatro convidadas e moderado José Carlos Sousa.

Cristina Soeiro, Escola de Polícia Judiciária

“Prevenção e intervenção são essenciais”

A especialista em perfis criminais falou sobre os “Indicadores de Risco de Delinquência Juvenil” e chamou a atenção da audiência esboçando o currículo criminal de jovens com 16 anos que acompanha. Numa fase da vida em que se quer “mudar o mundo”, a prevenção e a intervenção são essenciais. Por isso, considera ser de risco, “apenas 6 a 12 por cento dos jovens se abstêm de experiências delinquentes”. A dificuldade em avaliar as consequências das acções no futuro, os jovens que são facilmente influenciáveis, a falta de supervisão e pais pouco presentes são algumas das causas de comportamentos anti-sociais.

Violação de propriedade, vandalismo, incêndio, roubo, mentira, agressão, bullying, transgressão das normas, abusos de substâncias e fugas de casa são alguns sinais que devem ser sinalizados. Para a psicóloga, o comportamento criminal está intimamente ligado a problemas emocionais e defende também a intervenção precoce, a supervisão dos encarregados de educação e o estabelecimento de normas e regras na família.

Cláudia Coelho, da Universidade do Minho

A violência no namoro

“Violência nas Relações de Namoro - Caracterização do Fenómeno e Prevalência” foi o tema apresentado. Além da violência do namoro, foi salientada a violência em relações ocasionais e entre homossexuais. A psicóloga explicou que a violência na intimidade pode ser física, sexual, emocional ou psicológica e tem o objectivo de obter o poder na relação, magoar e controlar o parceiro. Num estudo em que participou, conclui que as raparigas tendem, simultaneamente, a serem vítimas e agressoras. No trabalho apresentado foram identificados cinco tipos de discurso entre os jovens sobre o amor: o romântico, o apaixonado, o companheiro, o pragmático e o game-palying, ou seja, o amor como um jogo.

Cláudia Coelho terminou com o apelo para se passar da investigação à prevenção com a valorização de diferentes formas de violência, a intervenção em idades precoces e em diferentes contextos educativos, a realização de acções de sensibilização, a desculpabilização da violência e culpabilização da vítima.

Maria da Luz, Polícia de Segurança Pública de Setúbal É preciso denunciar a violência

Sob o tema “A Participação da Violência/Denúncia da Ocorrência”, a subcomissária realçou a importância da denúncia para que as forças policiais possam actuar. Salientou que os comportamentos desviantes são transversais a todas as camadas sociais e que, muitas vezes, os encarregados de educação se demitem quase completamente das suas responsabilidades de pais, formadores e amigos.

O programa Escola Segura não foi esquecido e nem o facto de várias escolas praticamente não fazerem denúncias. A subcomissária atribui a situação a três possibilidades: o facto de não acontecer situações ilícitas nas escolas; os estabelecimentos quererem camuflar a situação ou as instituições se demitirem da sua função. Lamentou as situações em que são convocadas reuniões em horário pós-laboral com os pais e em escolas com cerca de mil alunos, apenas trinta pais comparecem. Referiu, também, que os órgãos de participação criminal devem sempre ser chamados às escolas para tomar conta de todas as ocorrências que envolvam responsabilidade criminal.

Sónia Reis, Gabinete da APAV

A prevenção deve passar pela sensibilização

A coordenadora da delegação de Setúbal participou sobre “A intervenção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima”. Não só a violência contra menores mas também a violência na presença de menores e a exposição de menores à violência é, hoje, considerada crime. Exemplificou a situação com a frase “pensava que o meu pai podia matar a minha mãe” de uma criança de oito anos que está a ser acompanhada.

A exposição repetida à violência deve ser evitada e a prevenção deve passar pela sensibilização e pela inserção da matéria nos programas escolares, governamentais e nas licenciaturas. Os maus-tratos físicos e psíquicos, a negligência e o abuso sexual devem ser prevenidos com uma equipa multidisciplinar.

Defendeu o trabalho em rede entre autarquias, polícias, segurança social, comissões de protecção de crianças e jovens, serviços de saúde e projectos locais e a importância da formação de todos os profissionais envolvidos. Para a coordenadora, é um problema que diz respeito a todos e em que cada um tem papel a desempenhar.



actual 1

'SERVIÇO DE URGÊNCIA' INDEMNIZA VÍTIMAS DE CRIMES

■ LICÍNIO LIMA

A Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes, dependente do Ministério da Justiça, (MJ) vai passar a assegurar um serviço permanente, 365 dias por ano, sete dias por semana, 24 horas por dia, para poder conceder adiantamentos de indemnizações em casos urgentes em que as vítimas não possam esperar, seja em situações de violência doméstica ou qualquer outra situação de crime. A medida consta de uma proposta de lei do Governo já enviada ao Parlamento e que hoje estará em debate na 23.ª Conferência Anual de Apoios às Vítimas que se realiza em Lisboa por iniciativa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (ver caixa).

A criação de um "serviço de urgência" para adiantamento de indemnizações vai permitir por exemplo que nos casos de violência doméstica, uma mulher forçada a sair de casa devido a agressões e que

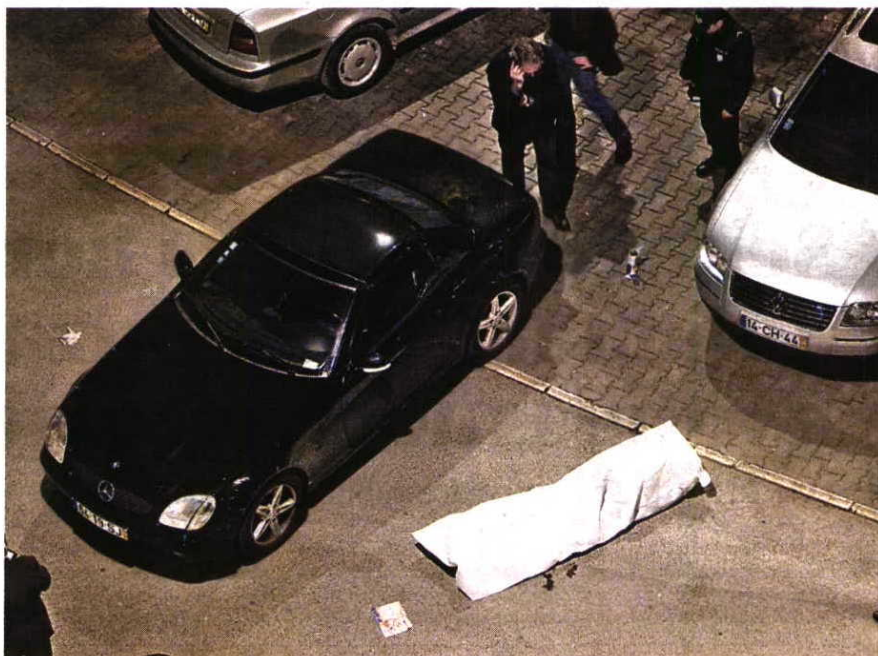
não tenha quaisquer meios de subsistência, possa requerer de forma mais rápida uma provisão por conta do adiantamento de indemnização a que terá direito.

Mas a proposta prevê também que o Estado antecipe indemnizações por danos morais sofridos pela vítima, em resultado de outro qualquer tipo de crime, e ainda pelos prejuízos relativos a crimes por negligência. Na actual lei, recorda-se, prevê-se apenas a recompensa pelos danos físicos e patrimoniais. Assim, quem sofra crimes violentos poderá vir a ser indemnizado, antecipadamente, por todos os danos que afectem a sua saúde física ou mental, o que não acontecia. Em caso de morte, as indemnizações reverteram para os herdeiros directos.

Este regime possibilita que vítimas de crimes violentos, tais como crimes contra a integridade física, terrorismo, ou crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, ou vítimas de violência doméstica, possam receber do Estado um adiantamento de dinheiro por conta da indemnização a que têm direito contra o agressor ou causador do dano. Por exemplo, uma pessoa que foi esfaqueada num assalto e que, em consequência, ficou com graves problemas de saúde, tem direito a ser indemnizada pelo agressor. Enquanto aguarda por essa indemnização, que será definida pelos tribunais, o Estado pode adiantá-la. E poderá fazê-lo com urgência.

Estas alterações à actual lei, em que já consta a possibilidade de as vítimas serem indemnizadas, incluindo a antecipação nos casos de violência doméstica, vai obrigar à simplificação do procedimento. Assim, segundo a proposta a que o DN teve acesso, a Comissão passa a decidir a atribuição de indemnizações sem o ouvir antecipadamente o Ministro da Justiça (MJ). Vai também gerir um fundo au-

Proposta de lei. A Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes vai passar a ter um serviço aberto 24 horas por dia para poder adiantar indemnizações em casos de urgência, seja por situações de violência doméstica ou por qualquer outro tipo de crime. A proposta é do Governo e já chegou ao Parlamento. A Comissão vai ser obrigada a procurar receitas junto de mecenas



Fevereiro de 2008. Entre o homicídio de Alexandra Neno, em Sacavém, a 29 de Fevereiro, e o de Diogo Ferreira, em Oeiras, a 1 de Março, passaram cinco horas. Ambos os crimes violentos permanecem envoltos em mistério, embora as autoridades admitam que Xana, de 33 anos, e Diogo, de 21, possam ter sido assassinados pelo mesmo indivíduo.



Março de 2009. No dia 25, um homem de 61 anos foi morto a tiro de cadeira quando saía da estação dos CTT de Nova Oeiras. Mediador de seguros reformado, a vítima tinha kio enviar correspondência. O trio agressor fugiu do local do crime, tendo a PJ ficado encarregada da investigação.



Abril de 2006. O presidente da Junta de Freguesia de Pena, em Lisboa, não resistiu aos ferimentos e acabou por morrer na sequência da agressão de um funcionário da autarquia. Armando Silva, de 64 anos, e outros três funcionários foram golpeados com uma espécie de martelo.

tonomamente para o qual terá de encontrar receitas, nomeadamente ao abrigo da lei do mecenato. As pessoas singulares e colectivas poderão fazer doações monetárias em troca de benefícios fiscais.

"A Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes passa a ser dotada de uma estrutura orçamental própria, a qual passa, assim, a dispor de um orçamento dedicado ao apoio às vítimas de crimes. Por outro lado, prevê-se que essa estrutura orçamental possa ter receitas baseadas em contribuições de mecenas, cabendo ao presidente da Comissão um papel activo na captação dessas contribuições", explicou ao DN o MJ. Actualmente, as indemnizações são pagas através da secretaria-geral do MJ.

De acordo com o documento já enviado à Assembleia da República, o qual deverá ser aprovado ainda na presente legislatura, "vão ser criadas regras mais exigentes para que a Comissão recupere os montantes que pagou a ti-



Casos disparam em 2008



Dois dias para debater direitos das vítimas

A diferença entre a letra e a prática da lei continua a ser excessiva em Portugal e na Europa em termos de direitos das vítimas de crime em processo penal, tema a discutir em Lisboa a partir de hoje. No encontro de dois dias, organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 250 especialistas portugueses e estrangeiros na área da protecção à vítima vão debater os avanços a nível da Europa na implementação da protecção e direitos das vítimas de crime durante os processos penais. "Trata-se de uma área em que Portugal tem uma especial responsabilidade, pois foi sob a presidência portuguesa da União Europeia que foi aprovada uma decisão-quadro sobre os direitos das vítimas num processo penal", disse à Lusa o secretário executivo da APAV, João Lázaro. Juristas, magistrados, polícias, organizações de apoio às vítimas, psicólogos e investigadores de 40 países vão fazer o ponto da situação, "reunir práticas, partilhar conhecimentos e formação", com o objectivo de criar uma rede a nível europeu.

Montantes indemnizatórios aumentaram

Mais dinheiro

• O montante médio das indemnizações atribuídas por processo registou um aumento de cerca de 14% entre 2007 e 2008

Tempo de instrução

• O tempo de instrução dos processos aumentou ligeiramente, voltando aos níveis de 2006 e fixando-se nos 140 dias. A lei prevê 90 dias

22% sem indemnização

• Baixou a percentagem de processos terminados sem a atribuição de indemnização relativamente a 2007: 22% dos processos findos

Aumento de processos

• A entrada de processos na Comissão mantinha-se entre os 50 e os 60 por ano. Em 2007 foram 76, e 119 em 2008

1200 crimes por ano

• Por ano, são julgados nos tribunais portugueses, em média, de 1100 a 1200 crimes cujas vítimas sofrem doença por mais de 30 dias.



P&R

Quem pode pedir indemnização ao Estado?

Pode pedir indemnização quem tenha sido vítima de crime intencional, violento e praticado em território nacional ou a bordo de um navio ou aeronave portugueses e que do crime tenham resultado lesões corporais graves que impliquem uma incapacidade permanente, uma incapacidade temporária e absoluta para o trabalho de, pelo menos, 30 dias, ou a morte

Há direito a indemnização quando se desconhece o autor da agressão?

Sim.

No caso de morte da vítima, quem recebe a indemnização?

Podem ser indemnizados os cônjuges, descendentes, ascendentes, irmãos que estivessem a cargo da vítima e a pessoa que, independentemente do sexo, vivia em união de facto com a vítima há mais de dois anos.

Há indemnizações em caso de acidente de viação?

No caso de acidentes de viação e de trabalho está excluída a possibilidade de pedir indemnização ao Estado.

Há limite para a indemnização a pagar pelo Estado?

A indemnização a atribuir não pode ter valor superior a 29 927,87 euros.

Quem decide se tenho direito à indemnização?

É a Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes que prepara o processo.

Existe algum prazo para pedir a indemnização?

A indemnização deve ser requerida no prazo de um ano a contar da agressão ou do fim do processo-crime (se o houver).

Que encargos tenho de suportar para pedir a indemnização?

O processo da Comissão é gratuito. Tenho de ter advogado para pedir indemnização?

O pedido pode ser feito directamente à Comissão, sem intervenção de um advogado.

E se, sendo atribuída uma indemnização do Estado, o agressor reparar, posteriormente, o dano?

Neste caso, o ministro da Justiça, mediante parecer da Comissão, pode exigir à vítima o reembolso, total ou parcial, das importâncias pagas. As vítimas de violência conjugal têm direito a alguma indemnização?

O Estado pode fazer um adiantamento das indemnizações devidas às vítimas de violência conjugal desde que, em consequência desses maus tratos, passe a existir uma situação de grave carência económica. ■

Mais de um milhão de euros pagos em 2008, subida de 50%

A entrada de processos relativos a vítimas de violência doméstica aumentou 50% relativamente a 2007. Só 15% do total requereram indemnização

Em 2008, a Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes atribuiu 1 058 539,54 euros em indemnizações, sendo de 30 mil euros a de valor mais elevado e de 453,52 euros a de valor mais diminuto. Segundo o relatório daquela entidade, a que o DN teve acesso, apenas 15% dos que poderiam ter apresentado requerimento o fizeram.

Comparando os valores de 2007 com 2008, verifica-se que o número de processos entrados aumentou de 76 para 119. No que respeita aos crimes de violência doméstica, entraram 66 processos, o que representa um aumento de 50%, e de mais de 200% quando comparado com os anos de 2002 e 2003. Foram concluídos 65, transitando 17 processos para 2009.

Do total de processo entrados, a Comissão aprovou 102 pareceres, atribuindo indemnização a 75 e recusando 21, sendo um por caducidade, e os restantes por exclusão do direito de requerer e

falta de requisitos.

Mas, segundo a Comissão, estes números são muito baixos, atendendo a que, por ano, são jul-

MP responsável pela fraca adesão

No relatório da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes responsabiliza-se os operadores judiciais pelos poucos requerimentos entrados naquela entidade para pedir indemnizações. Salienta-se "o pouco interesse demonstrado pelos advogados e defensores oficiosos por patrocinar estes pedidos de indemnização e a quase ausência dos magistrados do Ministério Público no apoio às vítimas". Para a Comissão, a despesa com indemnizações poderia passar dos actuais 1 058 540 euros anuais para sete milhões. "Parece-nos que o risco de fazer publicidade não é muito elevado", frisa-se.

gados nos tribunais portugueses entre os 1200 e os 1400 processos que, eventualmente, podem causar doença e prejuízos indemnizáveis pelo Estado. "Isto quer dizer que os 119 pedidos de indemnização apresentados representam cerca de 15% dos que teriam condições para isso", lê-se no relatório.

Relativamente aos processos em que foi elaborado parecer durante o ano de 2008, verifica-se que a duração média do tempo de instrução é de 140 dias, sendo que, para os arquivados, o tempo de instrução foi de apenas 114 dias. "Estes números confirmam o facto já apontado em relatórios anteriores de haver uma fraca viabilidade de atingir o prazo legal de 3 meses para a instrução, pois a duração média da instrução mantém-se acima dos quatro meses", atesta o documento a que o DN teve acesso.

O tempo médio que decorreu entre a aprovação do parecer e a sua homologação por despacho foi de 187 dias, tendo-se verificado, num processo, a dilação de 595 dias. Por outro lado, ainda segundo o relatório, verifica-se que, dos 75 processos em que foi proposta a atribuição de indemnização, em 20 a dilação entre o parecer e a sua homologação foi superior ao tempo de instrução. ■

10 mulheres

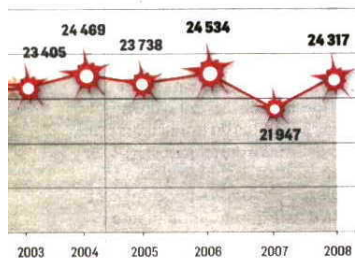
morreram em 2008 vítimas de violência doméstica, segundo dados da UMAR.

29 casas-abrigo

existentes no País acolheram 1458 vítimas (mulheres e crianças) em 2008

tulo de adiantamento da indemnização, exigindo dos agressores esse pagamento através de acções de regresso". Por um lado, o presidente da Comissão vai estar obrigado a tentar recuperar activamente esses montantes. Já "quando o agressor se encontra detido numa prisão, o adiantamento da indemnização por parte do Estado passa a ser comunicado aos serviços prisionais e Tribunais, para que estes afectem parte dos rendimentos do recluso a esse pagamento". ■

No último ano foram registadas pelas autoridades 24 317 ocorrências de criminalidade violenta, mais 10,8% (2370 casos) que em 2007. Na última década os anos mais violentos foram 2004 e 2006.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2008



A indemnização que deveria ser paga pelo assassino foi suportada pelo erário público

Estado entregou 30 mil euros à mãe de Joel Benedito

O indivíduo condenado pela morte de Joel Benedito não tinha possibilidade de indemnizar a família da vítima. A Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes mandou que o Estado pagasse

Joel Benedito, de 30 anos, morreu na manhã de 5 de Agosto de 2007, depois de ter sido violentamente agredido por três indivíduos, na zona da Avenida 24 de Julho, em Santos, Lisboa.

A discussão começou pelas 08.00 daquela manhã de domingo,

no interior do bar/restaurante Caldo Verde, na Avenida 24 de Julho. Joel acabou por fugir para a rua, mas foi perseguido pelos outros três, que o agarraram e o espancaram até à morte.

Testemunhas disseram que os agressores chegaram a bater com

a cabeça de Joel Benedito contra uma pedra ou um bloco de cimento. O corpo permaneceu no local durante várias horas.

Os agressores acabaram por ser apanhados pelas autoridades, sendo, no seguimento, julgados e condenados. A um deles foi apontada a autoria do homicídio.

A mãe de Joel, apoiada pelo advogado João Pedrosa, inter pôs um processo na Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes demonstrando que dependia do filho para sobreviver. A entidade aprovou uma indemnização de 30 mil euros, a máxima que permite a lei. ■

Justiça: Presidente da APAV defende alterações da reforma penal para proteger as vítimas

Lisboa, 25 Jun (Lusa) - A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu hoje uma alteração à reforma penal, nomeadamente no regime de detenção em flagrante delito e fora dele, algo que coloca "adicionais dificuldades à protecção da vítima".

A procuradora-geral adjunta Joana Marques Vidal falava na abertura da 23.ª conferência anual da "Victim Support Europe", que hoje e sexta-feira decorre na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, tendo também chamado a atenção para a necessidade de uma melhor informação às vítimas.

"As alterações devem ser feitas no Código do Processo Penal e não em leis avulsas, tanto mais que a questão se coloca, de uma maneira mais flagrante, às vítimas de violência doméstica, mas também em relação a outro tipo de vítimas", afirmou.

Para Joana Marques Vidal, o actual sistema penal aumenta as dificuldades à protecção da vítima nos momentos subsequentes à perpetração do crime.

No entender da presidente da APAV, é necessário haver mais "informação, formação, protecção e assistência às vítimas e articulação da intervenção das instituições públicas e privadas".

"O atendimento de vítimas nos hospitais, polícias e tribunais necessita ser melhorado", defendeu a procuradora, adiantando que "os oficiais de Justiça, porque estão na primeira linha de atendimento, deviam ter melhor formação para prestar mais informação às vítimas e terem uma atitude de colaboração e esclarecimento claro da forma como os direitos podem ser exercidos", defendeu.

A conferência contou também com a presença do ministro da Justiça, Alberto Costa, que admitiu a necessidade de serem introduzidas melhorias no sistema de apoio às vítimas de crimes.

"Por isso, apresentámos na Assembleia da República uma proposta que irá ser discutida e votada no dia 09 de Julho, na qual se propõe maior flexibilidade e capacidade de resposta", disse o governante.

Para Alberto Costa, a proposta do Governo pretende "abranger mais situações em que se torna possível às vítimas receber apoios por parte do Estado", entre os quais "indenizações e outras ajudas, por exemplo terapêuticas e educativas".

"Criámos dezenas de inovações para favorecer e beneficiar as vítimas de crime", frisou.

Quanto à reforma penal (que entrou em vigor em Setembro de 2007) e a possíveis alterações da mesma, Alberto Costa lembrou que foi definido um prazo de monitorização de dois anos, que está a ser cumprido.

"As leis destinam-se a durar durante diversas legislaturas e nós esforçámo-nos para que estas leis tivessem um grande apoio parlamentar. Estes códigos [Código do Processo Penal e Código Penal], com o tipo de solução que contêm, devem ter capacidade para durar e têm de estar defendidos de alterações do dia seguinte", disse ainda o ministro da Justiça.

Encontro organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Especialistas discutem em Lisboa avanços na protecção das vítimas de violência

25.06.2009 - 07h33 Lusa

Cerca de 250 especialistas portugueses e estrangeiros na área da protecção à vítima debatem a partir de hoje em Lisboa os avanços a nível europeu na implementação da protecção e direitos das vítimas de crime durante processos penais.

"Trata-se de uma área em que Portugal tem uma especial responsabilidade, pois foi sob a presidência portuguesa da União Europeia que foi aprovada uma decisão-quadro sobre os direitos das vítimas num processo penal", disse João Lázaro, o secretário-executivo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que organizou o encontro de dois dias.

Segundo João Lázaro, a situação em Portugal da protecção dos direitos das vítimas de crime em processo penal "enquadra-se perfeitamente" num relatório da Comissão Europeia que mostra que nessa área "há ainda muito, muito por fazer". Existe uma grande diferença entre o que está na lei e aquilo que na prática acontece, "entre a letra da lei e a lei na prática", observou o responsável da APAV.

Essa diferença tem de ser cada vez menos verdadeira, sublinhou, pois "quem é vítima de crime tem de sentir uma maior protecção e que os seus direitos são efectivamente garantidos e protegidos por todo o sistema, especialmente o sistema judicial". Especificamente em relação a Portugal, João Lázaro considerou que as vítimas estão a ser prejudicadas por não receberem informações sobre os processos e seu andamento.

O encontro vai englobar a 23ª Conferência Anual da organização Victim Support Europe e enquadra-se no Projecto Victims in Europe, co-financiado pela Comissão Europeia, que a APAV está a desenvolver para acompanhar a implementação da Decisão-Quadro sobre Estatuto da Vítima em Processo Penal nos 27 países membros da UE. A APAV é uma instituição de solidariedade social que se dedica à protecção e apoio às vítimas de crime em Portugal, com 15 gabinetes de apoio espalhados pelo país.

Carla Carvalho Tomás (arquivo)



Existe uma grande diferença entre o que está na lei e aquilo que na prática acontece, diz João Lázaro



SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA

Protecção às mulheres em discussão

Num encontro organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), mais de 250 especialistas portugueses e estrangeiros na área da protecção à vítima vão debater os avanços a nível da Comunidade Europeia na implementação da protecção e direitos das vítimas de crime durante os processos penais. O seminário começa hoje e dura dois dias.

Nacional

Alerta de rapto de menores em acção

2009-06-26

SUSANA OTÃO

Fotografias serão amplamente divulgadas logo após a denúncia e população terá papel fundamental.

A partir da próxima semana, se se registar o rapto de um menor, as probabilidades para a sua localização imediata aumentarão. O "Alerta de Rapto" que vai entrar em vigor contará com a ajuda fulcral da população.

As três horas que se seguem à denúncia de um rapto de uma criança são preponderantes para a sua localização. Com base nessa premissa, o Ministério da Justiça avançou com uma proposta de protocolo que defende a criação de um sistema de alerta imediato e que na próxima segunda-feira será assinado com entidades públicas e privadas.

Depois do Reino Unido, França, Bélgica, Alemanha e Grécia, passará agora a ser possível, em Portugal, receber no telemóvel a fotografia de uma criança raptada, ouvir o alerta na rádio ou em televisões ou até visionar o aviso em painéis de auto-estrada, terminais de multibanco e na Internet.

O objectivo será recolher junto da população, nas horas seguintes ao desaparecimento, todos os elementos de informação susceptíveis de ajudar à localização do menor raptado. E caso existam fortes suspeitas de que a criança pode ser levada para fora do país, o alerta poderá estender-se ainda a nível internacional.

O ministro Alberto Costa explicou ontem que o sistema nacional de alerta de rapto de menores surge na sequência da proposta apresentada durante a Presidência Portuguesa da União Europeia no Conselho Informal de Justiça e Assuntos Internos, no qual Portugal propôs a criação daquele mecanismo à escala europeia.

"É um instrumento de cooperação Estado-sociedade que fica entre nós disponível a favor da vítima, da sua liberdade, da sua integridade física e da sua vida", afirmou, realçando, porém, que o sistema será selectivo e apenas accionado em caso em que existam suspeitas acentuadas de rapto.

Alberto Costa falava na cerimónia de abertura da 23.ª conferência anual da "Victim Support Europe", onde defendeu a necessidade de serem introduzidas melhorias no sistema de apoio às vítimas de crimes, quer no que concerne a indemnizações quer no que respeita a ajudas terapêuticas e educativas. "Criámos dezenas de inovações para favorecer e beneficiar as vítimas de crime", salientou, recordando ainda a proposta de Lei que estará em votação na Assembleia da República no dia 9 de Julho, que propõe "maior flexibilidade e capacidade de resposta" no que respeita ao apoio às vítimas.

Alberto Costa ouviu, no entanto, a presidente da APAV criticar o actual sistema penal, nomeadamente no regime de detenção em flagrante delito. "É claro para todos que o regime tem de ser alterado. As alterações devem ser feitas no Código do Processo Penal e não em leis avulsas, tanto mais que a questão se coloca, de uma maneira mais flagrante, às vítimas de violência doméstica", salientou a procuradora-geral-adjunta Joana Marques Vidal, que considerou que o actual sistema penal aumenta as dificuldades de protecção da vítima.



Menina de 12 anos engravida após ser violada por um amigo da família

Lisboa. Psicólogo da APAV defende a interrupção da gravidez, caso o tempo de gestão ainda permita um aborto legal

■ ISALTINA PADRÃO

Aos 12 anos, Rita (*nome fictício*) viu a infância desfeita com uma gravidez mais do que não desejada: resultante de violação. Terça-feira, os pais denunciaram à PJ os abusos sexuais de que a filha foi vítima por parte de um amigo da família, que agora está em prisão preventiva.

Ao DN, fonte da PJ disse que "é já uma gravidez em estado avançado, que foi diagnosticada quando os pais levaram Rita ao médico, devido às alterações físicas e aos sintomas". A menina denunciou então o autor do único acto sexual de que foi vítima e do qual resultou a gravidez. É um homem de 38 anos, solteiro e residente na zona de Lisboa, que frequentava regularmente a casa da família de Rita, situada também na zona de Lisboa, que tem uma irmã de cinco anos, mas que "não foi abusada".

O alegado violador está actualmente desempregado da constru-

ção civil e não tem antecedentes criminais; além deste que terá sido praticado há mais de três meses.

"Quando se fala em gravidez avançada, referimo-nos a uma barriga com mais de três meses", frisou ao DN Daniel Cotrim, psicólogo da Associação de Apoio à Vítima (APAV), instituição que não tem registo de qualquer denúncia de uma gravidez resultante de violação. Também na secção de combate a crimes sexuais da PJ não há memória de uma situação destas.

Para Daniel Cotrim, "se se verificar que face à lei ainda é possível fazer uma interrupção voluntária da gravidez [permitida até às 16 semanas], é aconselhável que se faça, para evitar que uma criança seja mãe e que daí resultem dois filhos do infortúnio". Caso o tempo de gestão passe as 16 semanas, o psicólogo defende a entrega do bebé a alguém com mais maturidade para ser mãe, do que uma "menina que merece ter infância". ■